



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015192-07.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Mariza Elena Pereira**
 Requerido: **Gilson Danilo Santos da Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução fundada em título executivo judicial em que os embargantes alegam a irregularidade na constrição levada a cabo nos autos.

Houve resposta da embargada.

DECIDO.

Assiste razão aos embargantes.

Com efeito, o documento de fl. 37 demonstra que a motocicleta penhorada é objeto de alienação fiduciária, ao passo que o ofício de fl. 52 revela a atual situação do contrato em que esse negócio se cristalizou.

A circunstância posta inviabiliza a realização da constrição sobre tal veículo, tendo em vista que “*o bem alienado fiduciariamente, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode ser objeto de penhora*” (STJ 5ª T, REsp 260.880/RS, Rel. Min. **FELIX FISCHER**, 5ª T, j. 13/12/2000, DJ 12/02/2001, p. 130).

No mesmo sentido: TJ – SP 26ª Câmara de Direito Privado, AI 0018366-73.2012.8.26.0000, rel. Des. **RENATO SARTORELLI**, j. 09.05.12; TJ – SP 26ª Câmara de Direito Privado, AI 0048900-34.2011.8.26.000, rel. Des. **FELIPE FERREIRA**, j. 01.06.11.

Nessas condições, é de rigor reconhecer que prospera a pretensão dos embargantes, tendo em vista que “*é incabível a penhora de bem alienado fiduciariamente, por este ser de propriedade do credor fiduciário*” (STJ – 1ª Turma, AI 460.285-AgRg. Rel. Min. **FRANCISCO FALCÃO**, j. 11.03.03), cumprindo registrar que o auto de fl. 32 deixa claro que a medida incidiu sobre a motocicleta.

Isto posto, **ACOLHO** os embargos opostos para tornar sem efeito a constrição de fl. 32 por ter recaído sobre bem impenhorável, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução, postulando a exequente o que reputar de direito.

P.R.I.

São Carlos, 09 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA